

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE**

DECISÃO DO RECURSO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 25/2021

Processo nº: 23343.002038/2021-74

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 406/2021, vem decidir o recurso impetrado pela empresa DRIVE A INFORMÁTICA LTDA - MATRIZ ("DRIVE A"), empresa inscrita no CNPJ sob o nº 00.677.870/0001-08. Inicialmente, verifica-se que foi tempestivo o seu requerimento à licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica (processo nº 23343.002038/2021-74), de acordo com a Lei nº 10.520/2002, a Lei nº 8.666/93, o Decreto nº 10.024/2019 e a legislação pertinente.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A legislação aponta como pressupostos desta espécie de recurso administrativo: a manifesta tempestividade, a inclusão de fundamentação e a formulação de pedido de reforma da decisão da desclassificação ou inabilitação da empresa.

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

Os recursos cabíveis contra quaisquer atos da administração decorrentes desta licitação reger-se-ão pelo artigo 109 da Lei nº 8.666/1993;

Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos, bem como aqueles enviados por fax, não serão conhecidos.

Recebida a petição no prazo concedido, através do site do Comprasnet www.comprasgovernamentais.gov.br, portanto de forma tempestiva, preenchidos estão os demais requisitos legais.

Houve a apresentação de contrarrazões pela empresa ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 05.374.975/0001-01.

DECISÃO DO PREGOEIRO

Transcorridos os prazos de recurso e de contrarrazões de recurso, diante das informações apresentadas no recurso interposto e nas contrarrazões apresentadas, o Pregoeiro e a equipe de apoio, acompanhados do setor demandante, analisaram o edital e seus anexos, bem como as propostas e os documentos de habilitação, com o objetivo de tomar decisão conforme os princípios legais e constitucionais da licitação.

Primeiramente cumpre esclarecer que todos, público e, principalmente, as empresas participantes, tiveram ciência do edital de licitação, bem como o declararam e aceitaram todas as condições do edital e seus anexos.

Caso a empresa discordasse dos termos estabelecidos no instrumento convocatório, poderia tê-lo impugnado, de forma tempestiva, pela via adequada, requerendo a sua modificação e republicação, se fosse o caso.

Adentrando o mérito recursal, vê-se que a empresa recorrente, irredutível com a desclassificação de sua proposta, pleiteia a reforma da decisão, pelas razões que expõe. Consultado o setor requisitante, foi refeita a análise da proposta. De tal ato, resultou o OFÍCIO Nº2/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, cuja análise transcrevemos:

"OFÍCIO Nº2/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS

4 de janeiro de 2022

Para: Marco Antonio de Melo Azevedo.

Coordenador Geral.

Coordenadoria Geral de Compras Públicas.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS.

Av. Vicente Simões, 1.111, Bairro Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre - MG, CEP 37553-465

Assunto: análises de recurso e contrarrazão impetrados para o item 1 do pregão 25/2021.

Senhor, coordenador.

Segue análise do recurso e contrarrazão supracitados.

Em atenção ao recurso apresentado pela licitante DRIVE A INFORMÁTICA LTDA - MATRIZ ("DRIVE A"), inscrita no CNPJ sob o número 00.677.870/0001-08, quanto a aceitação da proposta da recorrida ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 05.374.975/0001-01, em relação ao item 1, fizemos a análise das peças recursal e contrarrazão, cujo resultado segue abaixo:

1. A recorrente em seu item "III.I.1 DO NÃO ATENDIMENTO A EXIGÊNCIA DE INFORMAR O CÓDIGO COMERCIAL DO PRODUTO OFERTADO", questiona que a proposta da recorrida não informa os códigos comerciais das partes que compõem o modelo ofertado CORPORATIVO B.

A equipe técnica da área demandante do objeto em questão, quando da análise da proposta recorrida, refeita para análise deste recurso, constatou e ratifica análise feita, visto que no documento "Proposta_Completa_Item_01.pdf", às páginas de números 03 até 07, a recorrida informa aqueles códigos comerciais.

Neste quesito declaramos improcedente o recurso.

2. A recorrente em seu item "III.I.2 DO NÃO ATENDIMENTO A EXIGÊNCIA CHECK LIST DE INDICAÇÃO DE ARQUIVO, ITEM E PÁGINA ASSOCIADOS", questiona que a proposta da recorrida não apresentou o checklist exigido no edital de licitação, especificamente no item 12.6 do Termo de Referência (ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC (TRE Nº17/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS)).

A recorrente tem razão quanto ao não atendimento deste requisito. Todavia, quando da análise da proposta, tendo em vista o princípio da razoabilidade, entendemos que a informação de link, texto, print, etc, que constam da proposta recorrida, no documento "Proposta_Completa_Item_01.pdf", às páginas de números 03 até 08, julgamos que a proposta da recorrida atendia ao requisito do checklist.

No entanto ao analisar novamente a proposta da recorrida, na análise deste recurso e no que diz respeito ao checklist, constatamos que, apesar da aplicação do princípio da razoabilidade, aquela proposta não atendeu todos os subitens do ITEM 4.9.1 do Termo de Referência ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC (TRE Nº17/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS).

Sendo assim, julgamos procedente o recurso quanto a esse item.

3. A recorrente em seu item "III.II DO NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS REFERENTE A PLACA PRINCIPAL DO MICROCOMPUTADOR", questiona vários aspectos da proposta da recorrida, em relação ao subitem 4.9.1.5 do termo de referência ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC (TRE Nº17/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, que abaixo registramos as respectivas análises. Para tanto, procedeu-se nova análise da proposta recorrida e contra razões apresentadas.

Subitem 1 do item III.II da peça recursal:

A peça recursal registra que "Além disso, quanto a exigência de "BIOS Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e unidade de armazenamento;" temos que como é de conhecimento do mercado, as placas mães de livre comercialização que não são específicas para equipamentos de uso corporativo não possuem opção para que o usuário configure senha para unidade de armazenamento, e, como a Arquimedes não apresentou documento comprobatório de atendimento a esta exigência, conclui-se que a placa ofertada não atende aos requisitos estabelecidos".

Quanto a este subitem o recurso não procede visto que a conformidade do requisito "Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e unidade de armazenamento" foi confirmada no documento "Proposta_Completa_Item_01.pdf" da recorrida, especificamente à página 12.

Subitem 2 do item III.II da peça recursal:

A peça recursal registra que "Destaca-se também que o edital exigiu "Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro da própria BIOS (número do patrimônio / número de série)". Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para o equipamento e sejam disponibilizados para download no sítio do fabricante;", mas temos que as placas mãe de livre comercialização no mercado, que não são específicas para equipamentos de uso corporativo não possuem opção para que o usuário configure o número de patrimônio, e, mesmo que possa ser configurado via reprogramação por meio de software não foi disponibilizado o software em sua página para download ou apresentado declaração do fabricante do BIOS informando que o software está licenciado para ser fornecido com o equipamento da Arquimedes.

Quanto a este subitem o recurso não procede, visto que a conformidade do requisito "Permitir a inserção de código de identificação do equipamento dentro da própria BIOS (número do patrimônio / número de série). Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para o equipamento e sejam disponibilizados para download no sítio do fabricante" foi confirmada no documento "Proposta_Completa_Item_01.pdf" da recorrida, especificamente à página 12.

Subitem 3 do item III.II da peça recursal:

A peça recursal registra que "Por fim, a exigência "BIOS em português ou inglês em conformidade com a especificação UEFI 2.1 ou superior (<http://www.uefi.org>), comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria membros.", não foi devidamente comprovada pela recorrida, tendo em vista a ausência de documentação comprobatória, desta forma, sem possibilidade de identificar qual idioma a BIOS possui, pois não fica claro na proposta da Arquimedes qual a versão do UEFI já que apenas copiou e colou o texto do Termo de Referência".

Em face deste subitem do recurso, procedeu-se nova verificação da proposta da recorrida, tendo sido constatado que para o requisito "UEFI 2.1 ou superior" não é mencionada a versão 2.1 ou superior. Sendo assim, julgamos procedente o recurso quanto a esse item.

4. A recorrente em seu item "III.III DO NÃO ATENDIMENTO A EXIGÊNCIA REFERENTE A GARANTIA E SUPORTE PREVISTO NO TERMO DE REFERÊNCIA SUBITEM 4.9.1.12"

Subitem 1 do item III.III da peça recursal:

A peça recursal registra que "Restou estabelecido no Termo de Referência, subitem 4.9.1.12 que o equipamento deveria possuir: "Ferramenta de diagnóstico gratuito capaz de identificar problemas comuns de hardware (problemas com a CPU, memória, unidade de armazenamento, unidade óptica e placa gráfica) e software (identificar erros nos arquivos do sistema) sem a necessidade de entrar em contato com o suporte técnico;

Quanto à disponibilidade de ferramenta de diagnóstico e após a reanálise deste subitem com a verificação da proposta da recorrida através do documento "Proposta_Completa_Item_01.pdf", à página 8 onde consta "da garantia e do suporte", não foi possível ratificar a análise feita quando da aceitação da proposta da recorrida e, portanto, aqui declara-se procedente o recurso.

Subitem 2 do item III.III da peça recursal:

Página na internet com disponibilidade de atualizações e "hotfixes" de drivers, BIOS e firmware, manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções, configuração, operação e administração;

O licitante, durante o prazo de garantia, substituirá o equipamento ou parte defeituosa dele, sem ônus para o órgão;". Entretanto, como exposto acima, a recorrida não é a fabricante da placa mãe e diante disso, faz-se necessário a comprovação de atendimento dos requisitos mencionados através de apresentação de documentação oficial do fabricante da placa mãe. Contudo, como podemos perceber, não há junto à documentação disponibilizada pela recorrida nenhum documento capaz de comprovar o atendimento a estas exigências.

Quanto à disponibilidade de atualizações, ratificamos, após análise deste subitem do recurso, que a recorrida atende o requisito conforme consta no documento "Proposta_Completa_Item_01.pdf", à página 8, onde é informado o sítio https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516 a partir do qual infere-se a conformidade da proposta e, portanto, aqui declara-se improcedente o recurso.

5. A recorrente em seu item "III.IV DA NÃO ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO OFERTADO"

A peça recursal registra que "Examinando a proposta da recorrida, podemos visualizar as seguintes informações:

(imagem extraída da proposta comercial da recorrida)

(imagem extraída da proposta comercial da recorrida)

Verificando o site da recorrida, é possível observar que o equipamento Corporativo B possui o mesmo nome de modelo para diversas gerações do processador Intel Core e de modelos de placa mãe diferentes para o mesmo equipamento, como detalhamos a seguir:

1. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 2ª e 3ª geração com placa mãe ARQ-B77, com socket LGA 1155 e chipset Intel Q77: https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/3_Gen/Corporativo_B_ARQ-Q77_Generico.pdf

2. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 2ª e 3ª geração com placa mãe ARQ-B75-D3, com socket LGA 1155 e chipset Intel B75: https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/3_Gen/Corporativo_B_ARQ-B75-D3_Generico.pdf

3. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 8ª e 9ª geração com placa mãe ARQ-B360, com socket LGA 1151 e chipset Intel B360: https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/8_9%20Gen/Corporativo_B%20_ARQ_B360_Basico.fw.pdf

4. Equipamento Corporativo B que possui processadores da Intel da 10ª geração com placa mãe ARQ-B460, com

socket LGA 1200 e chipset Intel B460: https://arquimedesmg.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Corporativo_B-ARQ_B460_Basico.fw_.pdf

Na proposta comercial da Arquimedes na página 1, consta a suposta oferta de "processadores da Intel da 10ª e 11ª geração com placa mãe ARQ-B560, com socket LGA 1200 e chipset Intel B560".

Mas como podemos observar, o mesmo modelo possui diversas configurações com gerações bem diferentes de processadores suportados, diversos modelos de placas mãe utilizados, diversos modelos de chipset implementados, além de várias características diferentes como capacidade máxima de memória, número de slots de memória e PCIe e suas versões, frequência da memória suportada, quantidade de portas USB e suas versões, além de muitos outros pontos.

Nesse sentido, temos que a recorrida não observou o edital e seus anexos, ao não especificar de forma clara o equipamento que está ofertando e suas características, razão pela qual deve ser desclassificada deste certame.

Resta comprovada a caracterização do produto ofertado pela recorrida, e ratificamos a análise feita, com nova análise da proposta recorrida, onde pode-se ver a conformidade no documento "Proposta_Completa_Item_01.pdf", à página 8, onde consta o link https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516 que remete à página INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG SRP 25-2021 e nesta o link Arquimedes Corporativo – B que relaciona as partes ofertadas. Sendo assim, quanto a este item declaramos improcedente o recurso.

6. A recorrente em seu item "III.V DA AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS REFERENTES AO GABINETE/CHASSI"

A peça recursal registra que "No item especificação da solução a contratar, no termo de referência restou estabelecido que:

1.1 GABINETE/CHASSIS Padrão Small Form Factor; Deve possuir sistema de resfriamento onde o fluxo de ar deve ser horizontal/linear, frontal/traseiro, ou seja, deve ter entrada pela parte frontal do gabinete e saída pela parte traseira; A estrutura do gabinete (tampa superior) deverá suportar o peso do monitor durante a montagem na horizontal, sem desalinhamento da mesma; Deve possuir tratamento anticorrosivo; Deve atender ao padrão Toolless.

Gabinete deverá suportar a instalação mínima de 02 (duas) unidades de disco rígido, ambas internas ao mesmo; Possuir botão liga/desliga; Possuir indicadores luminosos de liga/desliga e de disco rígido em operação, ambos na parte frontal; Deve possibilitar a instalação de cadeado (incluindo opção para padrão Kensington) ou lacre de segurança em slot ou trava externa específica de forma a impedir a abertura do gabinete; Deve possuir etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, e o número de série do equipamento; O gabinete não deve apresentar qualquer tipo de adaptação, após fabricado, para o atendimento às exigências deste Termo de Referência; O gabinete deverá permitir abertura para inspeção dos componentes sem prejuízos a garantia.

Entretanto, ao visualizar a documentação comprobatória temos que os links do Corporativo B que foi possível encontrar disponível no site da Arquimedes, traz a informação de que o gabinete ARQ-127 ofertado possui denominação de Mini Torre/Torre. Ou seja, o modelo de gabinete Small Form Factor disponível é referente a outro modelo, o que evidencia o desatendimento à exigência de que o gabinete possui "padrão small form".

(imagem extraído do link "https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/3_Gen/Corporativo_B_ARQ-Q77_Generico.pdf")

(imagem extraído do link "https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/3_Gen/Corporativo_B_ARQ-B75-D3_Generico.pdf")

(imagem extraído do link "https://arquimedesmg.com.br/bkp-01/PDF/computador%20B/Series_Intel/8_9%20Gen/Corporativo_B%20_ARQ_B360_Basico.fw.pdf")

(imagem extraído do link "https://arquimedesmg.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Corporativo_B-ARQ_B460_Basico.fw_.pdf")

Como se não bastasse não ofertar um gabinete SFF o equipamento disponibilizado possui entradas e saídas de ar em locais não permitidos, como pode ser visto nas imagens dos documentos dos links que informamos nos gabinetes do equipamento:

Destarte, temos que a recorrida criou apenas um documento de acordo com as exigências constantes do edital e seus anexos, sem as devidas comprovações e especificações. Diante disso, destacamos que foi disponibilizado na proposta, através do link "https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516", a seguinte informação no final da página: Ao acessar o referido link, podemos verificar a existência de um equipamento distinto do que foi apresentado para esse certame. Diante disso, como podemos afirmar que os certificados apresentados são para um modelo/nome de equipamento? Qual a segurança do Instituto de que os certificados são direcionados para o hardware em que foram homologados?

Posto isto, não há como comprovar o atendimento às exigências requisitadas, sendo necessária a reforma da decisão proferida em cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Resta comprovada a caracterização do produto ofertado pela recorrida, e ratificamos a análise feita, com nova análise da proposta recorrida, onde pode-se ver a conformidade no documento "Proposta_Completa_Item_01.pdf", à página 8, onde consta o link https://arquimedesmg.com.br/?page_id=2516 que remete à página INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG SRP 25-2021 e nesta o link Arquimedes Corporativo – B que caracteriza o gabinete ofertado. Ainda, à página 12 do documento citado consta a mesma caracterização do gabinete. Sendo assim, quanto a este item declaramos improcedente o recurso.

7. A recorrente em seu item "III.VI DA NÃO APRESENTAÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES REQUERIDAS"

A peça recursal registra que "Por último, temos que o Termo de Referência exigiu apresentação das seguintes certificações para ter uma proposta válida:

"4.9.1.13 CERTIFICAÇÕES"

"Deverá ser comprovada a certificação TCO-03 ou superior, bem como que conste no site www.epeat.net. Caso os equipamentos não possuam as certificações TCO-03 ou superior serão admitidas certificações Energy Star e RoHS ou, ainda, quaisquer certificações brasileiras equivalentes. Estas comprovações podem ser feitas através de certificações emitidas por instituições privadas, pública oficial ou instituição credenciada."

Verificando as documentações fornecidas não foi possível localizar certificação EPEAT do equipamento e tampouco informações constantes no site www.epeat.net para comprovar tais alegações.

Destaca-se que temos duas exigências nesse trecho: "Deverá ser comprovada a certificação TCO-03 ou superior" e também a exigência "bem como que conste no site www.epeat.net."

No entanto, sabendo que a recorrida não apresentou o Check List onde seria possível verificar a existência ou não de comprovação desta exigência temos que a comprovação para ser considerada válida, deve constar no site acima mencionado. Entretanto, não é possível realizar tal validação, razão pela qual deve a recorrida ser desclassificada.

Ora Ilmo. Sr. Pregoeiro, sem as certificações exigidas, como poderá o Instituto ter certeza de que o objeto do certame será atendido?

Portanto, sabendo que a proposta formulada pela ora vencedora está em desacordo com o estabelecido no edital, pedimos ao Ilmo. Sr. Pregoeiro que faça cumprir seu edital, seu regulamento interno e as leis, desclassificado a empresa declarada vencedora.

A recorrente tem razão quanto ao não atendimento deste requisito. Todavia, quando da análise da proposta, tendo em vista o princípio da razoabilidade, entendemos que a informação de link, texto, print, etc, que constam da proposta recorrida, no documento "Proposta_Completa_Item_01.pdf", às páginas de números 03 até 08, julgamos que a proposta da recorrida atendia ao requisito do checklist.

No entanto ao analisar novamente a proposta da recorrida, na análise deste recurso e no que diz respeito ao checklist, constatamos que, apesar da aplicação do princípio da razoabilidade, aquela proposta não atendeu todos os subitens do ITEM 4.9.1 do Termo de Referência (ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC (TRE Nº17/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS)), inclusive quanto às certificações exigidas.

Sendo assim, julgamos procedente o recurso quanto a esse item.

Por fim, declaramos procedente o recurso de forma parcial e conforme apontamentos acima.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por:

Ramon Gustavo Teodoro Marques da Silva, DIRETOR - CD3 - IFSULDEMINAS - DTI, em 04/01/2022 15:37:38.

Gabriel Morais Silveira, COORDENADOR - FG1 - IFSULDEMINAS - CSTI, em 04/01/2022 15:35:03.

Vera Carolina da Silva, COORDENADOR - SUB-CHEFIA - IFSULDEMINAS - CLTI, em 04/01/2022 14:47:34."

Portanto, a decisão do pregoeiro, esteiada nos elementos técnicos, analisados pelo setor competente (Diretoria de Tecnologia da Informação), deve ser revista e reformada, tendo em vista o que consta nesta decisão.

Logo, deve ser provido o recurso oposto à decisão do Pregoeiro.

Os documentos referentes ao recurso e ao contrarrecurso, bem a esta decisão (item 01), inclusive o OFÍCIO Nº2/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico, desde esta data: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-administracao/compras-e-licitacoes/150-pregao-eletronico/4090-pregoes-eletronicos-2020-reitoria-uasg-158138>.

Pouso Alegre-MG, 04 de janeiro de 2022

João Carlos Ferreira
Pregoeiro

Voltar